



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS IV
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E AGRÁRIAS
PROGRAMA INSTITUCIONAL LATU SENSO
ESPECIALIZAÇÃO EM SISTEMAS PRODUTIVOS SUSTENTÁVEIS PARA O
SEMIÁRIDO**

MARIA FABIULA QUEIROZ DE LIMA

**PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS: UMA REFLEXÃO
SOCIOECONÔMICA NA AGRICULTURA FAMILIAR EM COMUNIDADES NO
MUNICÍPIO DE SÃO BENTO-PB**

CATOLÉ DO ROCHA-PB

2022

MARIA FABIULA QUEIROZ DE LIMA

**PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS: UMA REFLEXÃO
SOCIOECONÔMICA NA AGRICULTURA FAMILIAR EM COMUNIDADES NO
MUNICÍPIO DE SÃO BENTO-PB**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Sistemas Produtivos Sustentáveis para o Semiárido, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Especialista em Sistema Produtivos Sustentáveis para o Semiárido

Orientador: Evandro Franklin de Mesquita

Coorientadora: Emmanuely Calina Xavier Rodrigues dos Santos Liano

CATOLÉ DO ROCHA-PB

2022

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L732p Lima, Maria Fabíula Queiroz de.
Programa de aquisição de alimentos: uma reflexão socioeconômica na agricultura familiar em comunidades no município de São Bento-PB [manuscrito] / Maria Fabíula Queiroz de Lima. - 2022.
30 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Sistemas Produtivos Sustentáveis Para O Semiárido) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Agrárias, 2023.

"Orientação : Prof. Dr. Evandro Franklin de Mesquita ,
Coordenação do Curso de Ciências Agrárias - CCHA."

"Coorientação: Prof. Dr. Emmanuely Calina Xavier Rodrigues dos Santos Liano , Coordenação do Curso de Ciências Agrárias - CCHA."

1. Políticas públicas. 2. Processo sustentável. 3. Beneficiários. 4. Agricultura familiar. I. Título

21. ed. CDD 338.18

MARIA FABIULA QUEIROZ DE LIMA

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS: UMA REFLEXÃO
SOCIOECONÔMICA NA AGRICULTURA FAMILIAR EM COMUNIDADES NO
MUNICÍPIO DE SÃO BENTO-PB

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Sistemas Produtivos Sustentáveis para o Semiárido, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Especialista em Sistemas Produtivos Sustentáveis para o Semiárido.

Aprovada em: 12 / 12 / 2022.

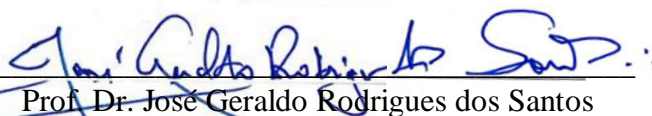
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Evandro Franklin de Mesquita (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Dalila Regina Mota de Melo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. José Geraldo Rodrigues dos Santos
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico este trabalho a Deus, ao meu criador e autor da minha vida. A minha mãe, pai, irmãos que estão sempre ao meu lado e nunca mediram esforços para me ajudar e apoiar em todas as etapas de minha vida.

Dedico.

"Agricultura familiar, quem não vive dela,
depende dela para viver".

Alberto Broch

AGRADECIMENTOS

Meu agradecimento primeiro é ao Senhor **Deus**, pois tornou tudo isso possível, mesmo diante de um diagnóstico de câncer, quando as impossibilidades pareciam ser o ponto final, as dificuldades abalavam minhas convicções, se fez presente nos grandes e nos pequenos detalhes, por sempre ter colocado alguém para auxiliar e contribuir neste longo processo.

A meus pais **Francisco e Helena**, sempre estiveram presentes, nas orações realizadas, na torcida, nos conselhos, na força dada, agradeço a cada um por fazerem parte da minha vida.

Um obrigado muito especial a meu orientador prof. Dr. **Evandro Franklin de Mesquita** pela força e confiança a mim depositada e por todas as oportunidades dadas durante o período em que estive sob sua orientação.

A Coorientadora Profa. Dra. **Emmanuelly Calina Xavier Rodrigues dos Santos**, pela oportunidade de realizar este trabalho para a minha formação profissional.

A Sra. Secretária municipal de desenvolvimento humano e social **Valeska Bandeira Oliveira Dantas**, por toda presteza e apoio durante todo o processo de pesquisa do campo.

Aos agricultores do programa de aquisição de alimentos, por todas as contribuições facultadas a pesquisa de campo e por toda confiança e presteza durante todo o processo da mesma.

Aos colegas de curso em especial, **Clebia Pereira, Caio da Silva Sousa, Anne Caroline** pelo companheirismo, amizade, pela troca de conhecimentos, experiências e pelo incentivo.

Aos **demais colegas** de Curso pela amizade e companheirismo, além da soma de esforços para a condução das atividades e pelos momentos de amizade e apoio.

Aos **funcionários da UEPB**, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

Obrigado a todos.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.	Gênero das famílias beneficiadas pelo Programa Aquisição de Alimentos em comunidades no município de São Bento-PB.....	14
Figura 2.	Nível de escolaridade das famílias beneficiadas pelo Programa Aquisição de Alimentos em comunidades no município de São Bento-PB.....	15
Figura 3.	Faixa etária das famílias beneficiadas pelo Programa Aquisição de Alimentos em comunidades no município de São Bento-PB.....	15
Figura 4.	Produtos agrícolas produzidos pelas famílias beneficiadas pelo Programa Aquisição de Alimentos em comunidades no município de São Bento-PB	16
Figura 5.	Ações governamentais voltadas para a agricultura familiar no município de São Bento.....	17
Figura 6.	Satisfação dos pequenos agricultores do município de São Bento-PB com o Programa de Aquisição de Alimentos.....	18
Figura 7.	Aumento da renda familiar dos pequenos agricultores do município de São Bento-PB com o Programa de Aquisição de Alimentos.....	19
Figura 8.	Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos pelos pequenos agricultores do município de São Bento-PB.....	20
Figura 9.	Preservação do meio ambiente pelos pequenos agricultores do município de São Bento com o Programa de Aquisição de Alimentos....	21
Figura 10.	Capacitação dos pequenos agricultores do município de São Bento no Programa de Aquisição de Alimentos.....	22

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	07
2	REVISÃO DE LITERATURA	08
2.1	Programa Aquisição de Alimentos (PAA)	08
2.2	Agricultura Familiar	10
3	METODOLOGIA	11
3.1	Local de Estudo	11
3.2	População e Amostra	12
3.3	Forma e Técnica de Coleta de Dados	12
3.4	Variáveis e Categorias de Análise	13
3.5	Procedimentos de Análises de Dados	13
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	13
5	CONCLUSÕES	22
	REFERENCIAS	23
	ANEXO	

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS: UMA REFLEXÃO SOCIOECONÔMICA NA AGRICULTURA FAMILIAR EM COMUNIDADES NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO-PB

Maria Fabiula Queiroz de Lima¹

RESUMO

Uma reflexão acerca das políticas públicas diz respeito à sua capacidade de garantir um processo sustentável de desenvolvimento das capacidades sociais e econômicas de seus beneficiários. Objetivou-se analisar a eficácia do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em comunidades no município de São Bento-PB. De acordo com dados fornecidos pela secretária de desenvolvimento humano e social, em outubro 2021, as famílias inseridas no PAA encontravam-se organizadas em seis comunidades diferentes: sítio Jenipapo dos Lúcius, que conta com 05 famílias agricultoras; sítio do Macaco, constituída por 02 famílias agricultoras; Sítio Curralinho de Baixo, composta por 01 família agricultora, sítio, Taquarituba, composto por 02 famílias agricultoras, sítio São Bento de Baixo, composto por 01 família agricultora e, por fim, sítio Recanto, formada por 02 famílias agricultoras, perfazendo um total de 13 famílias. Sendo assim, para análise de dados quantitativos foram escolhidas as principais ferramentas estatísticas que podem caracterizar eficazmente uma determinada população. Os dados foram processados e analisados com base nas frequências absolutas obtidas. Diante dos resultados obtidos, o PAA, em geral, melhorou a renda familiar dos produtores rurais beneficiários e contribui para a inserção no mercado. Ademais, agricultores familiares satisfeitos com o PAA gera um ambiente social, organizativo e institucional, na forma de um capital social, favorável ao desenvolvimento rural que, no que lhe concerne, abre espaços para melhoria de qualidade de vida, tanto no espaço rural, quanto do espaço urbano.

Palavras-chave: Políticas públicas. Processo sustentável. Beneficiários.

ABSTRACT

A reflection on public policies concerns their ability to guarantee a sustainable process of developing social capacities and reducing their beneficiaries. The objective was to analyze the effectiveness of the Food Acquisition Program (FAP) in communities in the city of São Bento-PB. According to data provided by the secretariat for human and social development, in October 2021, the families included in the PAA were organized into six different communities: the Jenipapo dos Lúcius site, which has 05 farming families; Macaco site, repaired by 02 agricultural families; Curralinho de Baixo farm, consisting of 01 farming family, farm, Taquarituba, comprising 02 farming families, São Bento de Baixo farm, comprising 01 farming family and, finally, Recanto farm, made up of 02 farming families, making a total of 13 families. Therefore, for the analysis of quantitative data, the main statistical tools that can effectively characterize a given population were chosen. Data were processed and analyzed based on absolute transient frequencies. In view of the results obtained, the FAP, in general, improved the family income of rural producers and contributed to their insertion in the market. In addition, family members satisfied with the FAP generate a social, organizational and institutional environment, in the form of social capital, favorable to rural development which, in what interests them, opens up spaces for improving the quality of life, both in rural areas, how much of urban space.

Keywords: Public policies. Sustainable process. Beneficiaries.

¹Aluna do Curso de Especialização em Sistemas Produtivos Sustentáveis para o Semiárido - Universidade Estadual da Paraíba – Campus IV – Catolé do Rocha –PB. fabiulaqueiroz1@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas destinadas à agricultura familiar têm se destacado atualmente, sendo esse tema alvo de estudos e pesquisas pelas mais diferentes áreas do conhecimento. Esse destaque deve-se ao fato de que a agricultura familiar e as atividades por ela exercidas possuem um patamar de elevada importância, sendo responsável por maior parte da produção de alimentos no Brasil, contribuindo para o desenvolvimento agropecuário. A exaltação em torno das políticas públicas está relacionada ao um processo de influências e dependências entre atores e instituições das redes de políticas/programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), conforme destacado por Müller et al. (2012).

O PAA vem se consolidando como um importante programa entre as possibilidades de suporte à agricultura familiar no Brasil e tem aumentado o seu orçamento ano a ano, expandindo-se, e gerando impactos relevantes na redução da pobreza rural e na segurança alimentar, embora não esteja isento de críticas e desafios. O PAA age em duas etapas importantes do suprimento alimentar da população: no momento produtivo e no momento do consumo (CHMIELEWSKA et al., 2010).

Os mecanismos de comercialização utilizados pelo PAA favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção, sendo classificado como um programa de apoio à comercialização e à distribuição dos produtos alimentícios fornecidos pelos agricultores familiares (LIBÂNIO e CIRINO, 2020). Ademais, o PAA proporciona estímulo à produção familiar e local, buscando estreitar a distância dos agricultores e dos consumidores, ou seja, configura-se como um programa que procura reduzir as distâncias entre a produção e o consumo, estimulando tanto a economia quanto promovendo o desenvolvimento rural local.

Assim, dentre as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, que têm sido alvo de estudos, o PAA, suscita o interesse do pesquisador em analisar a eficácia desse programa, justamente pela relevância adquirida tanto em âmbito nacional quanto internacional (PINTO et al., 2020). Esse programa agregou duas necessidades distintas em uma mesma política, que foram: a política agrícola e a de segurança alimentar, o que acarretou em inúmeras ações governamentais, que visavam o combate à pobreza, bem como o incentivo à agricultura familiar; neste último caso, objetivando a melhoria das condições de vida do agricultor familiar e, conseqüentemente, a redução do êxodo rural, principalmente de jovens.

Dentre as diversas conseqüências da migração da população rural para os centros

urbanos, destacam que a falta de planejamento e infraestruturas precárias geram construções sem nenhuma segurança ou conforto, diminuindo assim a possibilidade de se viver com qualidade de vida nos aglomerados urbanos. O êxodo rural, ainda causa aumento da desigualdade social, já que, com a urbanização, é gerado um excedente de mão de obra e, em consequência disso, uma baixa remuneração dos trabalhadores que possuem pouca ou nenhuma qualificação.

Diante do exposto, objetivou-se analisar a eficácia do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em comunidades no município de São Bento-PB.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

As políticas públicas explicam as diretrizes estratégicas do Estado em atividades diretas de produção de bens e serviços do próprio Estado, além de ações de regulação de outros agentes econômicos, assistindo ao bem comum. Depois de planejadas e formuladas, as políticas públicas dividem-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistemas de informação e pesquisa. Quando postas em ação, são implementadas, estando sujeitas a sistemas de acompanhamento e avaliação (BERNARDONI et al., 2008).

Ao final da década de 1990, emerge no Brasil um aparato de políticas públicas voltadas à agricultura familiar, atrelada rearticulação de ministérios, no envolvimento dos setores produtivos e movimentos sociais, juntamente com a incorporação da territorialização em prol de sua consolidação. De maneira específica, em 1996 tem-se a criação do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – como primeira política pública de crédito rural para esse segmento, iniciando um conjunto de medidas para fortalecer e garantir a produção agrícola dos agricultores familiares brasileiros (MOREIRA, 2017).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma política pública criada pelo Governo Federal, instituído por meio do artigo 19, da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero. A Lei nº 10.696 foi alterada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. Ao longo dos 13 anos de vigência, o PAA já foi regulamentado por diversos decretos, resoluções e portaria. Desde 4 de julho de 2012, está vigente o Decreto nº 7.775 (2012) – apesar das alterações promovidas pelo Decreto n.º 8.293 de 12 de agosto de 2014.

No ato da criação do PAA, em 2003, conforme Silva et al. (2010), a Região Nordeste, que possui o maior contingente de agricultores familiares do Brasil, foi priorizada e ficou com

50% do total das famílias atendidas pelo PAA e com 1/3 dos recursos aplicados naquele primeiro ano de funcionamento do programa.

São objetivos do PAA, conforme a Lei nº 10.696 (2003), promulgada em 02 de julho:

a) incentivar a agricultura familiar; b) incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar; c) promover o acesso à alimentação em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional; d) promover o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos, incluída a alimentação escolar; e) apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar; f) fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização.

Vale ressaltar que segundo a Constituição brasileira com Lei Federal nº 10.696 de 2003, que instituiu o programa, em seu último artigo 19º:

Art. 19. Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos. § 1º Os recursos arrecadados com a venda de estoques estratégicos formados nos termos deste artigo serão destinados integralmente às ações de combate à fome e à promoção da segurança alimentar. § 2º O Programa de que trata o caput será destinado à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), ficando dispensada a licitação para essa aquisição desde que os preços não sejam superiores aos praticados nos mercados regionais. § 3º O Poder Executivo constituirá Grupo Gestor, formado por representantes dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Fazenda; do Planejamento, Orçamento e Gestão; do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e da Educação, para a operacionalização do Programa de que trata o caput deste artigo. § 4º A aquisição de produtos na forma do caput somente poderá ser feita nos limites das disponibilidades orçamentárias e financeiras. (grifo nosso)

A participação no PAA é estimulada, tanto pela inclusão de agricultores beneficiários, quanto pelo aumento de consumidores destes alimentos, famílias em situação de vulnerabilidade alimentar (MDS, 2016). Para Libânio e Cirino (2020), o PAA utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção, sendo classificado como um programa de apoio à comercialização e à distribuição dos produtos alimentícios fornecidos pelos agricultores familiares. Fato também observado por Peixoto e Oliveira (2015):

Dentre as finalidades do PAA está o incentivo à agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda, além de proporcionar o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, com o fortalecimento de circuitos locais e regionais e redes de comercialização.

2.2 Agricultura Familiar

A pequena propriedade rural tem passado por significativas mudanças desde a década de 1970. Esse cenário de instabilidade forçou os agricultores familiares a se unirem e a defenderem seus espaços como atores protagonistas do desenvolvimento rural brasileiro (NASCIMENTO et al. 2017). Para Bastos (2017), apesar da agricultura familiar ser fundamental, tanto para a economia brasileira quanto para a melhoria na qualidade de vida da população, os agricultores familiares vêm ainda enfrentando diversos desafios para manter e permanecer no meio rural, o que exige políticas adequadas à realidade rural.

A agricultura familiar ocupar um papel relevante na produção de alimentos, segurança alimentar e no abastecimento interno, esse setor sempre conviveu sobre carência de políticas públicas, pois o Estado sempre lhe dispensou um tratamento secundário. Somente nos últimos anos houve um planejamento de políticas públicas voltadas a esse segmento rural (SILVA; MARQUES, 2009), a exemplo, do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), conforme Libânio e Cirino (2020), o PAA cumpriu o seu objetivo de inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar em Ponte Nova - MG no ano de 2015. Para Camargo et al. (2013) É possível traçar o início dos programas de políticas públicas que têm por objeto o segmento familiar da agricultura brasileira na conjunção de lutas, demandas e mudanças políticas que marcaram o período que vai de meados dos anos oitenta ao início da década de 2000.

Há resultados promissoras de que a aquisição pública de alimentos pela agricultura familiar pode servir como um poderoso instrumento político nas transições para sistemas alimentares mais sustentáveis. No entanto, há falta de abordagens sistêmicas e orientadas para o produtor, analisando a dinâmica relacional e interativa entre os múltiplos e diversos conjuntos de produtores em políticas públicas (GAITAN-CREMASCH et al., 2022). Para Caredio et al. (2020), as evidências mostram que a sucessão da agricultura familiar é um processo de longo prazo e multidimensional, durante o qual os sucessores passam através de três fases: sucessão potencial, vontade de sucesso e sucessão efetiva.

As políticas públicas favoreçam, de fato, a agricultura familiar no país, visando o aumento da produção de alimentos e a proteção ao agricultor de menor renda. Isto pode ser conseguido através de um conjunto de políticas que combinem: seguro agrícola; prioridade à produção interna, recorrendo a importação somente no caso de quebras de safra; incentivo à

pesquisa pública que esteja associada a uma política efetiva de assistência técnica; uma política de crédito; incentivo a formação de cooperativas de produção e de comercialização; incentivo para proteção da natureza e da paisagem, através do pagamento de uma renda ambiental nas áreas de preservação obrigatória, entre várias outras (SILVA et al. 2010).

Nesses termos, para Moreira (2017), política pública tem como objetivo o fortalecimento e a valorização da agricultura familiar, influenciando diretamente na permanência do agricultor no campo. O programa incentiva a diversificação produtiva por meio de suas modalidades e proporciona condições de mercado seguras, a preços justos, bem como força e união entre os pequenos produtores via associativismo ou cooperativismo, necessários para a comercialização dos produtos. Essa conjuntura pode contribuir efetivamente na melhoria das condições de produção e renda na agricultura familiar.

3 METODOLOGIA

Como abordagem metodológica para a construção da discussão aqui proposta foi elencada a pesquisa de campo. Segundo Gonsalves (2001) apud Piana (2009), esse tipo de pesquisa objetiva buscar informações diretamente com a população pesquisada. Logo, ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o estudioso precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre ou ocorreu e reunir um conjunto de dados a serem documentados.

Com efeito, tal pesquisa também é descritiva, pois é aquela por meio da qual os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados sem a interferência do pesquisador. Ainda de acordo com o autor citado, esse tipo de estudo é realizado por meio de técnicas padronizadas de coleta de dados a exemplo de questionários e observação sistemática. É mister dizer que também será usado o método bibliográfico que “tem como roteiro para o seu desenvolvimento os materiais já construídos como, livros e artigos científicos que façam parte da mesma temática de interesse a ser estudada por parte do pesquisador”. (GIL, 2008).

3.1 Local de Estudo

A pesquisa foi realizada no Estado da Paraíba, mais especificamente no município de São Bento, PB, situado no sertão da Paraíba, limita-se ao sudoeste com o município de Paulista/PB, ao oeste com Riacho dos Cavalos/PB, ao norte com Brejo do Cruz/PB, ao nordeste com jardim de Piranhas/RN e ao leste com Serra Negra do Norte/RN. De acordo com os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), a

paraíba tem seu território dividido em 223 municípios e apresenta uma área de 56 467,242 km². Com uma população de 4,059 milhões de habitantes, a Paraíba é o 15º estado mais populoso do Brasil. O município de São Bento possui 34.650 habitantes, dos quais 27.039 encontram-se na área urbana e 6.425 na área rural.

Quanto às características econômicas do município, no que se refere ao Produto Interno Bruto (PIB) têm-se aproximadamente os seguintes dados: a agropecuária contribui com 0,4%, a indústria com 26,5 % e o setor de serviços com 73,1%.

No que diz respeito ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município de São Bento, no ano de 2010, foi equivalente a 0,580, o município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,5 e 0,599). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,223), seguida por Renda e por Longevidade.

3.2 População e Amostra

Os sujeitos envolvidos na pesquisa foram os beneficiários fornecedores do Programa de Aquisição de Alimentos, ou seja, o enfoque da pesquisa foram os agricultores familiares.

De acordo com dados fornecidos pela secretária de desenvolvimento humano e social, em outubro 2021, as famílias inseridas no programa encontravam-se organizadas em seis sítios diferentes, quais sejam: Sítio Jenipapo dos Lúcius, que conta com 05 famílias agricultoras; Sítio do Macaco , constituída por 02 famílias agricultoras; Sítio Curralinho de Baixo, composta por 01 família agricultora, sítio Taquarituba, composto por 02 famílias agricultoras, sítio São Bento de Baixo, composto por 01 família agricultora e, por fim, sítio Recanto, que é formada por 02 famílias agricultoras, perfazendo um total de 13 famílias inseridas no PAA.

3.3 Forma e Técnicas de Coleta de Dados

Foi realizado um estudo de caso a partir da coleta dos dados, do qual foi utilizado o método indutivo e como instrumento de pesquisa, foi aplicado um questionário contendo oito perguntas para identificar o perfil pessoal e familiar dos agricultores, bem como suas condições de produção e reprodução social, foram realizadas observações *in loco*.

3.4 Variáveis e Categorias de Análise

Para atender ao objetivo proposto buscou-se identificar o perfil pessoal e familiar dos agricultores, suas condições de produção e reprodução social, após a sua inserção no PAA. Para conhecer o perfil pessoal e familiar, foram consideradas as seguintes variáveis: gênero, composição étnico racial, idade, estado civil, escolaridade, ocupação, renda, condição da moradia, número de pessoas residentes no domicílio, responsabilidade pelos gastos domésticos.

3.5 Procedimentos de Análise dos Dados

O intuito da análise descritiva é gerar conclusões a serem adotadas sobre uma determinada população, podendo também testar-se hipóteses levantadas sobre esta população são aceitáveis ou não (SCHMILDT, 2007). Sendo assim para análise de dados quantitativos foram escolhidas a frequência absoluta.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com relação ao gênero entre as famílias beneficiadas pelo Programa Aquisição de Alimentos em comunidades no município de São Bento-PB, observa-se uma superioridade do sexo masculino na ordem de 60% em comparação ao sexo feminino, cujos valores foram de oito (8) produtores e cinco (5) produtores (Figura 1). Nos contratos para aquisição do Programa de aquisição de alimentos (PAA) é necessário, que a família possua a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), que incluam dois titulares (o marido e a mulher), os pagamentos do fornecimento ao PAA (e os contratos) são feitos em nome de uma só pessoa, identificada por seu CPF, sendo, geralmente, feito com o CPF do homem, justificando o resultado. Resultado semelhante foi obtido por Siliprandi e Citrão (2011), que observaram o PAA Municipal com 27% de mulheres, o PAA Estadual com 29% de mulheres e 13% de mulheres na Compra Direta.

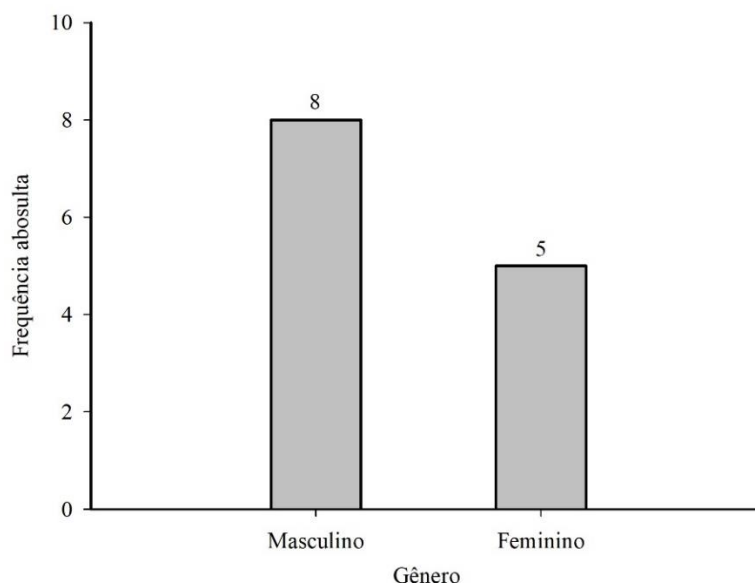


Figura 1 – Gênero das famílias beneficiadas pelo Programa Aquisição de Alimentos em comunidades no município de São Bento-PB

Em relação à escolaridade, observa-se que os produtores rurais beneficiários na maioria são analfabetos e/ou com ensino fundamental incompleto. Os produtores analfabetos e/ou ensino fundamental incompleto apresentam 60%, ensino fundamental completo 30% e 10% com Ensino superior completo, cujos valores foram de oito (8), quatro (4) e um (1), respectivamente (Figura 2), e que a evolução significativa do grau de escolaridade ocorreu apenas na geração seguinte, dos filhos.

No entanto, conforme relatos dos agricultores, em geral, os filhos dos assentados, não tem permanecido na propriedade, migrando para as cidades em busca de melhores condições de vida. Resultados semelhantes foram observados por Rossi (2012), Oliveira (2015), Bastos (2017), Modenese e Sant’Ana (2019) e Libânio e Cirino (2020) indicando que, na maioria, a agricultura familiar se configura como atividade cujos produtores possuem baixo grau de instrução. Os referidos autores encontraram percentual superior a 60% de produtores rurais até o final do Ensino Fundamental completo, e média 6% declararam-se sem escolaridade formal.

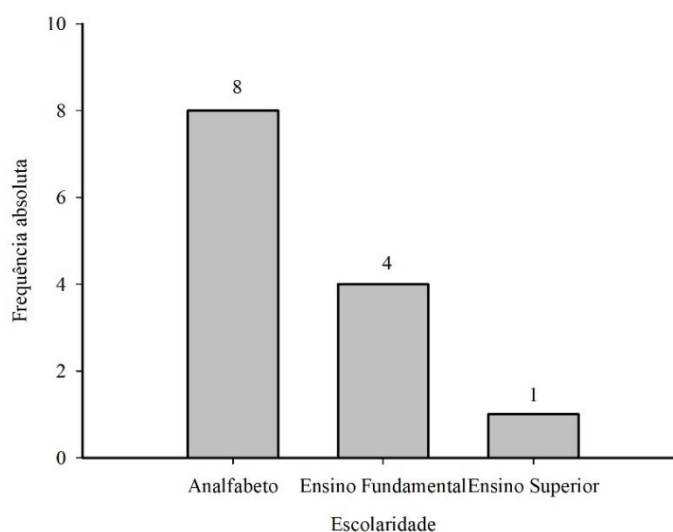


Figura 2 – Nível de escolaridade das famílias beneficiadas pelo Programa Aquisição de Alimentos em comunidades no município de São Bento-PB

Com relação à faixa, obteve a seguinte sequência crescente: maior que 50 anos > 41 – 50 anos > 31 – 50 anos, cujo valor foi de sete (7), quatro (4) e dois (2) famílias beneficiadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (Figura 3). A faixa etária de maior do 50 ano foi superior na ordem de 80% e 250% em comparação as faixas etárias de 41 – 40 anos e 31 – 40 anos, respectivamente. Os resultados obtidos estão coerentes com às constatações de Libânio e Cirino (2020) ao observarem predominância de produtores na idade entre 50 e 65 anos, tanto para beneficiários como para não beneficiários, com 41,67% e 40,43%, respectivamente.

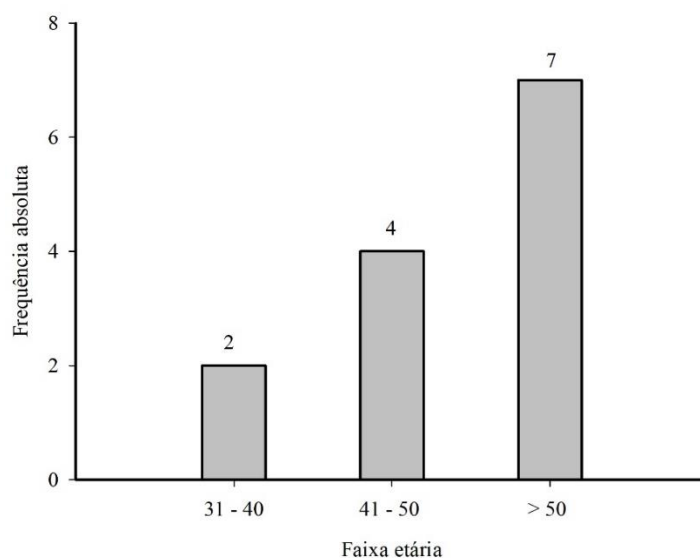


Figura 3 – Faixa etária das famílias beneficiadas pelo Programa Aquisição de Alimentos em comunidades no município de São Bento-PB

A produção agrícola dos produtores assistidos pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de São Bento-PB tem com maior predominância de Legumes e hortaliças e menor proporção a produção de frutas (Figura 4). Segundo relatos dos produtores, legumes são feijão-caupi [*Vigna unguiculata* (L.) Walp.] e milho (*Zea mays*) cultivado na maioria em regime de sequeiro, no período do inverno, entre os meses de fevereiro a junho. As hortaliças cultivados em maior proporção são o coentro (*Coriandrum sativum*) a alface (*Lactuca sativa*) e o pimentão (*Capsicum annum* L.). Ainda segundo relatos dos produtores com a relação à produção agrícola, os beneficiários responderam que a participação no PAA elevou a produção agrícola, comprovando a capacidade do programa para gerar aumentos na produção agrícola dos produtores rurais, e, conseqüentemente, aumentando a renda do produtor familiar (OLIVEIRA, 2015; LIBÂNIO e CIRINO, 2020). Tal situação é reforçada pelo fato de que os produtores, ao aderirem ao PAA, não deixaram de atender às demandas locais. Os resultados estão coerentes com as constatações de Libânio e Cirino (2030) ao verificaram que os produtores têm na atividade agrícola a sua principal fonte de renda (94% e 92%, respectivamente, para beneficiários e não beneficiários do programa).

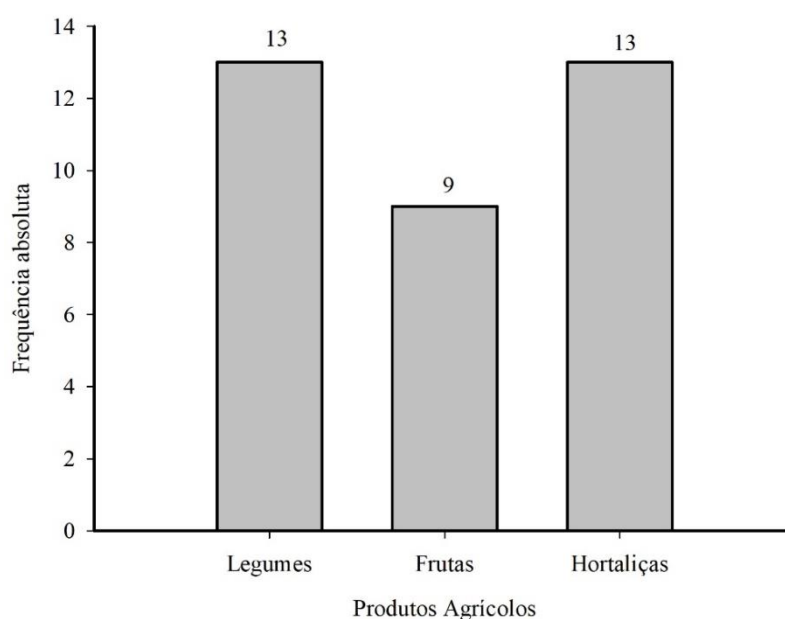


Figura 4 – Produtos agrícolas produzidas pelas famílias beneficiadas pelo Programa Aquisição de Alimentos em comunidades no município de São Bento-PB.

Com relação às políticas públicas, 90% dos produtores entrevistados afirmaram que as políticas públicas, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), melhoram a renda familiar e qualidade de vida dos produtores familiares (Figura 4).

A explicação para que os agricultores continuem acessando as ações governamentais, está relacionado ao fato de a maioria deles estar satisfeita com o programa PAA, além de apontarem como bons os preços pagos pelo referido programa e a questão de ele criar um mercado para os produtos, facilitando a venda, aumentando a renda do produtor durante todo o ano. No entanto, uma vez acostumado com os procedimentos necessários para participar do PAA, o agricultor tende a continuar participando, e, disseminando as vantagens do PAA. Fato também, relatado por Crisa et al. (2010), que enfatizaram as principais contribuições do PAA à agricultura familiar e à segurança alimentar e nutricional, destacando a alteração na matriz produtiva e de consumo dos beneficiários, a articulação entre produção e consumo, a elevação dos preços, a garantia e a criação de novos mercados e o resgate e fortalecimento de práticas e produtos tradicionais e regionais.

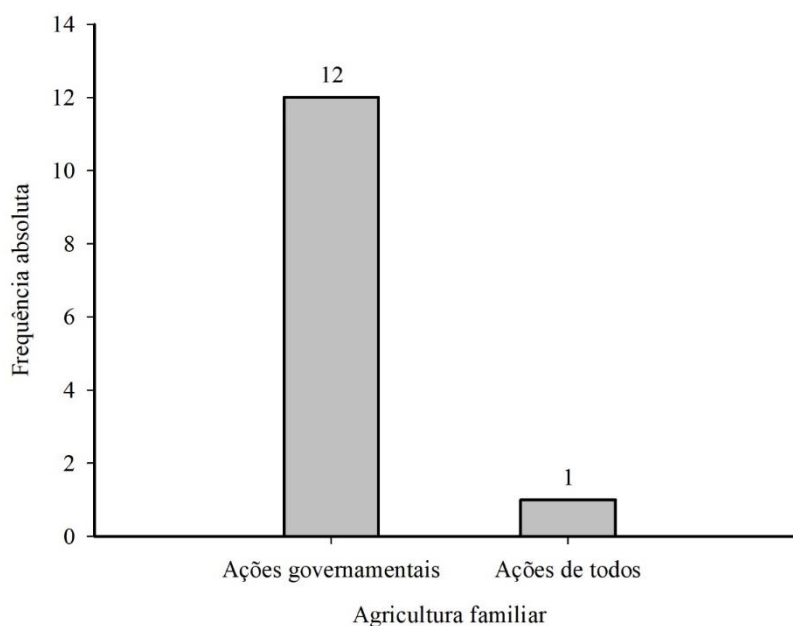


Figura 5 – Ações governamentais voltadas para agricultura familiar o município de São Bento-PB

A Figura 5 apresenta o índice de satisfação dos produtores entrevistados na comunidade de São Bento-PB. Nota-se que 54% estão satisfeitos (muito interessado) 23% estão pouco interessados e 23% não souberam opinar com valores na ordem de sete (7), três (3) e três (3), respectivamente (Figura 5).

Os produtores interessados apresentaram uma superioridade de, 133% em relação gradualmente interessados e que souberam opinar, cujos valores foram de sete (7), três (3), respectivamente. Esta superioridade está relacionada que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) contribuiu para o fortalecimento da agricultura familiar e a certeza da comercialização do produto, propiciando, de maneira geral, aumento da renda familiar, diminuindo o êxodo rural. Fato também, confirmado por Assis et (2017), que verificaram que o PAA proporcionou aos agricultores rurais a possibilidade de se inserir no mercado local, contribuindo para aumentar da renda familiar, além de estimular os produtores a incorporarem um modelo diversificado de produção de alimentos, assegurando uma variedade necessária tanto para abastecer o mercado quanto para o autoconsumo.

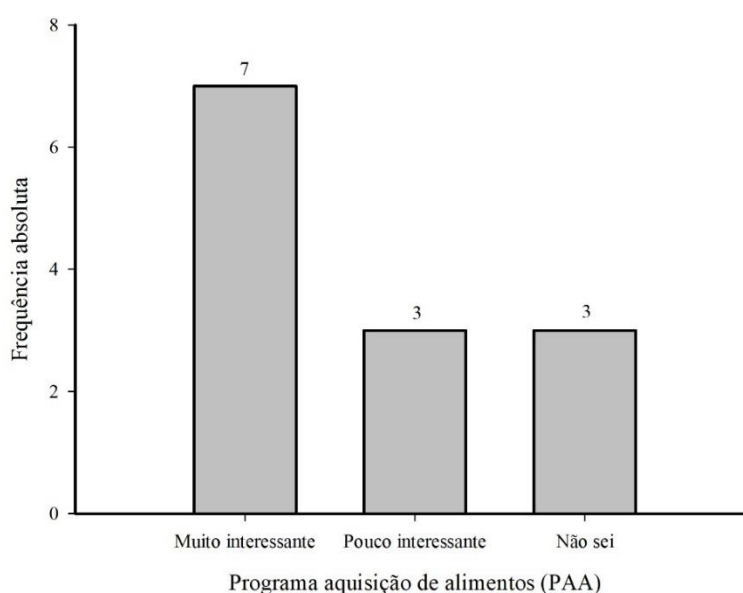


Figura 6 – Satisfação dos pequenos agricultores do no município de São Bento-PB com o Programa de Aquisição de Alimentos.

Com relação ao aumento da renda familiar, 15%; 70% e 15% tiveram 30%, 50% e 100% de aumento da renda familiar com o Programa de aquisição de alimentos (PAA) (Figura 6). E o mais importante é que esta evolução está relacionada ao aumento da produção agropecuária, garantia da venda do produto e das novas políticas voltadas a agricultura familiar, de promoção da igualdade de gênero e de apoio à produção da agricultura família. Conforme, Silva et al. (2010), o PAA apoia a comercialização agropecuária dos agricultores familiares, estimulando a produção de alimentos, e facilitar o acesso a esses alimentos pelas famílias em situação de insegurança alimentar, fato confirmado na presente pesquisa.

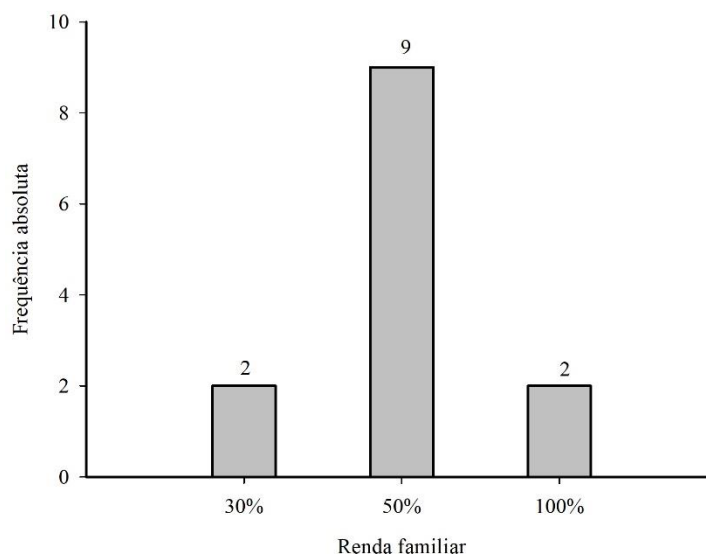


Figura 7 – Aumento da renda familiar dos pequenos agricultores do no município de São Bento-PB com o Programa de Aquisição de Alimentos.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é considerado bom e excelente pelos produtores rurais do município de São Bento-PB (Figura 8) devido ao incremento de renda e garantia de venda dos produtos agropecuários com preços superiores a outros centros consumidores. Para Dias et al. (2013) e Modenese e Sant’Ana (2019), o PAA vincula uma rede de produtores em âmbitos nacional e local, com a finalidade de incentivar a produção e comercialização de alimentos provenientes da agricultura familiar, visando combater a fome e a miséria das populações em situação de insegurança alimentar ou a formação de estoques estratégico.

Neste sentido, Para Dias et al. (2013):

O PAA se coloca como instrumento de garantia de renda e sustentação dos preços aos agricultores familiares, fortalecendo o associativismo e o cooperativismo, provendo a segurança alimentar e nutricional das populações urbanas e rurais através da formação de estoques estratégicos, trazendo melhoria na qualidade dos produtos da agricultura familiar e reforçando as feiras e locais de comercialização local, regional dos produtos da agricultura familiar.

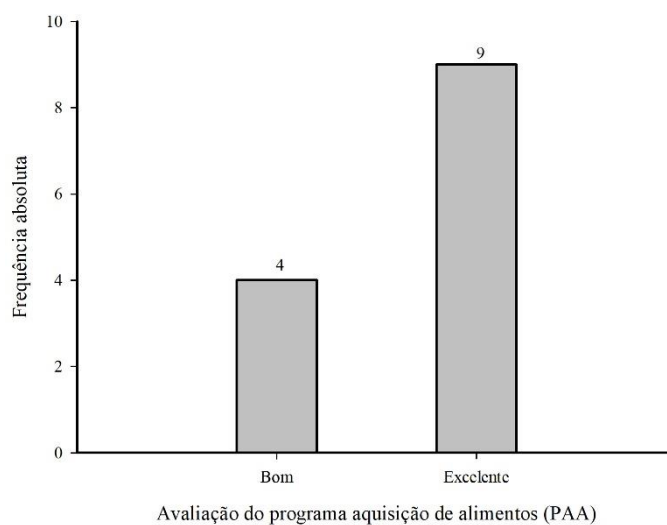


Figura 8 – Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) pelos produtores rurais do município de São Bento-PB.

Os produtores rurais entrevistados afirmaram que 92% utilizam qualquer tipo de prática conservacionista para amenizar os riscos da degradação do solo e do meio ambiente. No entanto, 10% relataram que não uso nenhum tipo de práticas agrônômicas para conservação do meio ambiente (Figura 8).

Dentre das práticas citadas pelos produtores estão a irrigação, preservação da flora e da fauna, adubação orgânica, preservação das matas ciliares, arborização. Dentre essas práticas mais citadas, a irrigação é mais utilizada pelos produtores rurais. Muitas vezes, a irrigação é efetuada inadequadamente pelos produtores rurais, tornando solo normal em salino devido alto teor de sais contido na água, em geral, superior 1 dS m^{-1} . Para Thabet et al. (2022), o estresse da salinidade é uma das tensões abióticas que influenciam as características morfofisiológicas, antioxidantes relacionadas às plantas cultivadas. Neste sentido, os produtores rurais necessitam rever seus conceitos e práticas sobre preservação do meio ambiente.

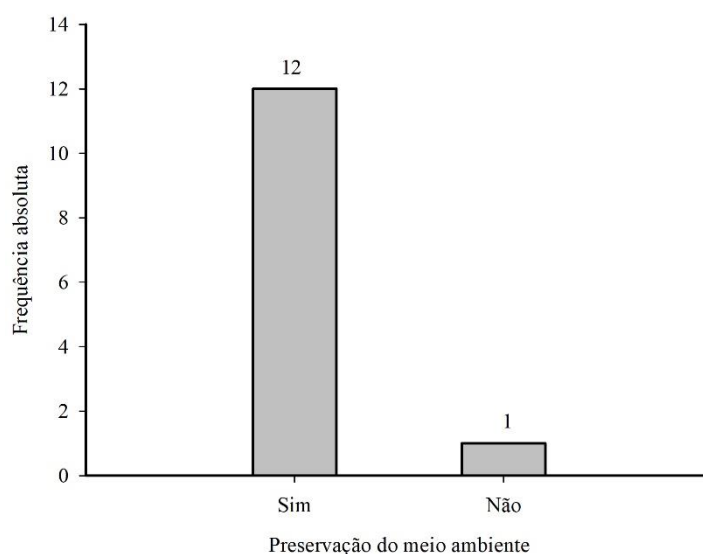


Figura 9 – Preservação do meio dos pequenos agricultores do município de São Bento-PB com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Com respeito a capacitação dos produtores beneficiários do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) 23% e 38,5% relataram que sempre e com frequência receberam capacitação, porém, 38,5% também revelaram que não receberam nenhum tipo de capacitação do referido do programa (Figura 9).

Resultado semelhante foi obtido por Nascimento et al. (2017) ao verificarem que muito satisfeito (17%), satisfeito (50%), indeciso/neutro (12%), insatisfeito (20%) e muito insatisfeito (1%). Os dados indicam que os agricultores (77%) estão satisfeitos em relação à renda possibilitado pelo PAA, amenizando de um dos principais gargalos na agricultura familiar, a dificuldade de inserir-se seus produtos nos centros de comercializações, fato confirmado por Conterato et al. (2011) afirmaram que a política pública PAA contribui significativamente a socialização e inserção dos agricultores familiares nos centros comerciais e escolas públicas, resultantes das interações entre os agricultores familiares e os demais órgãos públicos e privados. Nascimento et al. (2017) relatam a satisfação com o aumento da renda, permitindo verificar o quanto necessário se faz a presença do Estado e Governo com políticas públicas a favor das categorias sociais mais fragilizadas, a exemplo, agricultura familiar, mas, com enorme potencial para contribuir com o processo de desenvolvimento rural. Neste sentido diminuindo o êxodo rural, contribuindo para melhoria da vida urbana.

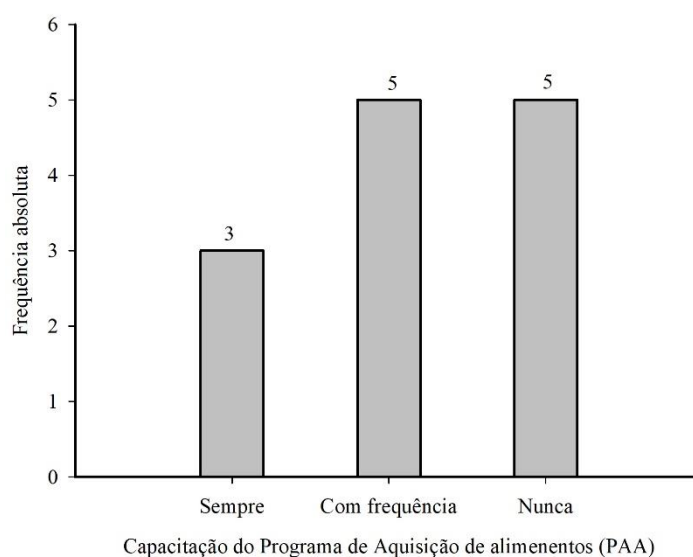


Figura 10 – Capacitação de pequenos agricultores do município de São Bento-PB no Programa de Aquisição de Alimentos.

5 CONCLUSÃO

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em geral, melhorou a renda familiar dos produtores rurais beneficiários e contribuiu para a inserção no mercado consumidor.

Agricultores familiares satisfeitos com o PAA gera um ambiente social, organizativo e institucional, na forma de um capital social, favorável ao desenvolvimento rural que, no que lhe concerne, abre espaços para melhoria de qualidade de vida, tanto no espaço rural, quanto do espaço urbano.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, S. C. R.; PRIORE, S. E.; FRANCESCHINI, D. R. Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos na Segurança Alimentar e Nutricional dos agricultores. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.22, n.;2, p. 617-626, 2017.
- BARROS, J. D.; PORDEUS, A.V. Agricultura no semiárido brasileiro: desafios e potencialidades na adoção de práticas agrícolas sustentáveis. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA DIVERSIDADE DO SEMIÁRIDO, 1, **Anais I CONIDIS...** Campina Grande: Realize Editora, 2016.
- BASTOS, R. C. 2017. 187 f. **Avaliação da efetividade do projeto de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar no município de Coimbra, MG**. Dissertação (Mestrado em Economia doméstica). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2017.
- BERNARDONI, D. L.; SOUZA, M. C.; PEIXE, B. C. S. **Fortalecimento da função avaliação de políticas públicas**: estudo de caso do processo de avaliação da política de emprego e renda da secretaria de estado do trabalho, emprego e promoção social do Paraná. In PEIXE, B. C. S.; HILGEMBERG, C. M. A. T.; MELATTI, G. A.; BERTOLINI, G. R. F.; MACHADO, H. (Orgs.), *Gestão de políticas públicas no Paraná: coletânea de estudos* Curitiba: Progressiva, 2008, p. 381 – 393.
- CAREDIO, D. B.; BARDAJI, I.; COOPMANS, I.; SORIANO, B.; GARRIDO, A. Key steps and dynamics of family farm succession in marginal extensive livestock farming. *Journal of Rural Studies*, v. 76, p. 131-141, 2020.
- CAMARGO, R. A. L.; BACCARIN, J. G.; SILVA, D. B. P. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. **Temas de Administração Pública**, v. 8, n. 2, p. 1-21, 2013.
- CHMIELEWSKA, D.; SOUZA, D.; LOURETE, A. A. **O programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA) e as práticas dos agricultores participantes orientadas ao mercado**: estudo de caso no estado de Sergipe. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2010, 43 p.
- CONTERATO, M. A.; NIEDERLE, P. A.; RADOMSKY, G. SHNEIDER, S. Mercantilização e mercados: a construção da diversidade da agricultura na ruralidade contemporânea. **Schneider, Sergio; Gazzola, Marcio (orgs.). Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2011. p. 67-89, 2011.
- CRISA, C.; SCHIMITT, J.; MATTEI, L. F.; MALUF, R. S.; LEITE, S. P. **O programa de aquisição de alimentos (PAA) em perspectiva**: apontamentos e questões para o debate. *Retratos de Assentamentos*, n. 13, 2010, p. 34
- DIAS, T. F.; NUNES, E. M.; TORRES, F. L.; TORRES, A. C. M. O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) como estratégia de inserção socioeconômica: o caso do Território da Cidadania Sertão do Apodi (RN). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 9, n. 3, p. 100-129, 2013.

Decreto nº 7.775, de 2 de Julho de 2012. Regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos. Brasília. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm. Acesso em: 01 de dezembro 2022.

GAITAN-CREMASCHIL, G.; KLERKX, L.; GALLEGOS, N. A.; DUNCAN, J.; PIZZOLON, A.; DOGLIOTTI, S.; ROSSING, W. A. H. Public food procurement from family farming: A food system and social network perspective. **Food Policy**, v.111, p. 1-16, 2022

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Area territorial oficial. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>. Acesso em: 02/12/2022.

LIBÂNIO, C. L.; CIRINO, J. F. Avaliação de impacto do programa de aquisição de alimentos modalidade doação simultânea em Ponte Nova-MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, n2, p. 1-17, 2020.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Manual operativo: modalidade compra com doação simultânea operação por meio de termo de adesão**. (Versão 1.0, fevereiro de 2014). 2016. Disponível em: http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar/entenda-o-paa/manualPAA_06.03.pdf. Acesso em: 01 dezembro 2022.

MODENESE, V. S.; SANT'ANA, A. L. Diversificação produtiva e de comercialização de agricultores familiares assentados de Mirandópolis (SP): contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n.4, p. 636-655, 2019.

MOREIRA, A. P. **Avaliação do programa de aquisição de alimentos (PAA) no fortalecimento da agricultura familiar em ponta grossa – PR**. Dissertação (Mestre em Ciências Sociais Aplicadas). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2-17. 130 f. 2017.

MÜLLER, A. L.; SILVA, M. K.; SCHNEIDER, S. A construção de políticas públicas para a agricultura familiar o Brasil: o Programa de Aquisição de Alimentos. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 20, p. 1 - 18, 2012.

NASCIMENTO, D.T.; JOHANN, J.A.; BASSO, D. O grau de satisfação dos agricultores familiares em relação ao Programa de Aquisição de Alimentos. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**. v. 11, n. p. 82-107, 2017.

Oliveira, L. G. 2015. 168 f. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) da agricultura familiar**: estudo de caso na microrregião de Ubá-MG. Dissertação (Mestrado em Engenharia de produção). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

Peixoto, A. M. M.; Oliveira, A. R. A abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-Go. **Revista Nera**, 26, 70-79. 2015.

PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**[online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 233 p. 2009.

PINTO, N. M. A.; TEIXEIRA, K. M. D.; MELO, N. C. V. **Famílias e políticas sociais: Os desafios da intervenção social**. Viçosa: editora Viçosa, 240 p. 2020.

ROSSI, F. R. O programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da agricultura familiar no município de São Carlos: impactos socioeconômicos nos agricultores familiares beneficiários (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2012.

SCHMILDT, E. R. Bioestatística: estatística descritiva. **Vide Science Technique Et Applications**, 2007.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 18, n. 2, p. 13-32, 2011.

SILVA, J. G.; GROSSI, M. E. D.; FRANÇA, C. G (ORGS). **Fome Zero: A experiência brasileira**. Brasília: MDA, 362 p. 2010.

SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. Democratização e políticas públicas de desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Orgs.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2 ed, , p. 9-20. 2009.

THABET, S.; ALOMARI, D. Z.; BORNER, A.; PEDERSEN, H.B.; ALUGUDAD, A. M. Elucidating the genetic architecture controlling antioxidant status and ionic balance in barley under salt stress. **Plant Molecular Biology**, n.p. 2022.

ANEXOS

**QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA COM AGRICULTORES FAMILIARES
PARTICIPANTES DO PAA**

Nome: _____

Ano: _____ Idade: _____ Sexo: _____

1. Qual a idade média dois participantes do programa?

- Menor de 18 anos Entre 18 e 20 anos de 21 a 30 anos de 31 a 40 anos Entre 41 e 50 anos acima de 50 anos

2. Qual o nível de escolaridade antes e depois do projeto?

- analfabeto 1º grau incompleto 1º grau completo 2º grau completo 2º grau incompleto 3º grau incompleto 3º grau completo

3. Você pratica alguma ação para proteger o meio ambiente no dia-a-dia?

- A) sim B). Não C). Às vezes D). Não sei

Qual? _____

4. A solução dos problemas da agricultura familiar, a seu ver, depende mais:

- A) Das pequenas ações de todos, no seu dia-a-dia
B) Das decisões dos governos e das grandes empresas
C). Não sei

5. Quais são as variedades dos produtos produzidos no programa?

- A) Legumes () B). Verduras () C). Hortaliças () D). Frutas ()

6. Qual o índice do aumento de renda com a implantação do programa?

- A) 50% () B). 100% ()
C) 30% () D). 10% ()

7. Na sua avaliação, qual o índice de participação da comunidade rural no programa?

- A) muito interessado B). Razoavelmente interessado
C) pouco interessado D). Nenhum interesse E). Não sei

8. Qual o índice de capacitação para os componentes do programa em relação aos demais?

- A) Sempre B). Com alguma frequência C). Raramente
D) Nunca E). Não sei